

Indexação conspira contra o emprego, assegura Simonsen

MILANO LOPES
Enviado Especial

Salvador — O ex-ministro do Planejamento, Mario Henrique Simonsen, afirmou, ontem, em conferência de instalação dos trabalhadores da Fundação Baiana para Estudos Econômicos e Sociais, que "o verdadeiro nó górdio é o sistema de indexação, cujo fulcro de resistência política se encontra na Lei salarial". Segundo Simonsen, "ao contrário de todo o mundo, o Brasil aboliu o expurgo da correção quando ele mais era exigido". Ele sustentou que o sistema atual, ao repassar aos salários os choques de oferta desfavoráveis, transforma a inflação corretiva em inflação permanente. Mais ainda, com a correção dos salários por um INPC não expurgado, o Conselho Monetário foi obrigado a determinar que as minidesvalorizações cambiais acompanhassem o Índice Geral de Preços, sem o que a maxidesvalorização se perderia em termos reais, tal como ocorreu em 1980. E, se o dólar segue o IGP, o mesmo deve acontecer com a correção monetária das ORTNS e demais ativos financeiros, sem o que não haveria compradores para estes últimos.

O ex-ministro, que falou para um auditório que incluía o presidente da Fundação, ex-governador Antônio Carlos Magalhães e vários parlamentares do PDS e da oposição, e como representante mais graduado do governo Federal na esfera econômica, o superintendente do IPEA, José Augusto Arantes Savasini, fez um elogio público ao "pronunciamento corajoso do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas que, na última quarta-feira, defendeu maior rigor na política salarial, implicitamente discordando da iniciativa, trabalhada na área do governo, de alterar o Decreto-Lei 2012.

Para o ex-ministro, a realimentação provocada pelo atual sistema de indexação torna a política monetária inteiramente assimétrica em seus efeitos, "como a Lei de gravidade ao contrário", e deixa poucas esperanças quanto a um rápido declínio da taxa de inflação. Uma expansão liberal dos meios de pagamento certamente acelera rapidamente a inflação, como ocorreu no final de 1979 e no início de 1980, mas uma política de austeridade monetária, como a que se implantou em 1981, traz muita recessão, muita alta dos juros reais e lentos dividendos antiinflacionários.

Simonsen disse que o sistema também contribui para a má composição dos gastos públicos, para a manutenção de altas taxas de juros reais e conspira contra o nível de emprego. Em suma — disse — "montamos um sistema de indexação profundamente estagflacionista, com fulcro na Lei Salarial". Pa-

ra ele, os chamados "ministros da área econômica, se cometeram seus descuidos no passado, estão tendo o melhor possível na situação atual, mas não lhes é dado o poder de operar milagres. As alternativas que se enunciam, como a moratória unilateral e o desenvolvimento do mercado interno são manifestações e fruto da demagogia de quem não compreende que a dependência externa vem das importações e não das exportações, e que não há mercado interno ou moratória que faça jorrar o petróleo.

SITUAÇÃO EXTERNA

Simonsen fez uma análise positiva da situação externa, afirmando que "tudo indica que acumularemos um saldo comercial extremamente expressivo, capaz de vencer o FMI e a comunidade financeira internacional da seriedade com que o governo trata das contas externas". Admitiu, no entanto, que, no campo da liquidez internacional, é preciso reconhecer que a transição da reciclagem competitiva para a cooperativa ainda está nos seus primeiros passos.

Desse modo, o programa de refinanciamento da dívida externa brasileira este ano sofre as dificuldades naturais das experiências pioneiras. Depois de afirmar que "não é segredo que os recursos dos apelidados projetos 3 e 4 não fluíram nos montantes esperados", Simonsen disse que os atrasos de pagamentos em montantes que podem variar de 600 milhões a um bilhão de dólares.

"Não são fatais, e o fluxo de caixa em moeda estrangeira costuma melhorar consideravelmente no segundo semestre". Para ele, a expectativa, tanto interna quanto externa, é que o Brasil encerre o ano com seus pagamentos internacionais em dia, embora com um nível muito pouco confortável de reservas externas".

ABERTURA ECONÔMICA

No discurso de abertura da solenidade de instalação da fundação, o ex-governador Antônio Carlos Magalhães desejou que "a abertura política chegue à abertura econômica". Ele criticou aqueles que estimulam choques entre políticos e técnicos, afirmando que ambos oferecem sua contribuição ao desenvolvimento do País, e por essa razão devem trabalhar em conjunto.

Ele explicou que a Fundação Baiana para Estudos Econômicos e Sociais não se limitará a debater as questões com técnicos e políticos brasileiros: procurará atrair também personalidades internacionais, pois os problemas econômicos de um País como o Brasil, hoje, extremamente interdependentes.